

Ação coletiva não dá, diz Simonsen

Rio — O ex-ministro Mário Henrique Simonsen desaconselhou ontem, no Rio, a negociação coletiva da dívida externa dos países da América Latina, ao lembrar que cada devedor tem e enfrenta situações peculiares completamente diferentes em termos econômicos, financeiros e sociais.

Após ressaltar que essa é a preocupação predominante na reunião dos 11 países latino-americanos em Cartagena, Simonsen considerou “muito oportuno pronunciamento do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, por abordar o problema da dívida externa pelo lado do déficit público dos Estados Unidos”. Acrescentou que “assuntos e como esse e como o das taxas de juros compõem o quadro de fatores conjun-

turais que deve ser discutivo no âmbito da decisão política”.

Segundo ele, uma ação coletiva dos países da América Latina sobre os credores só pode ser aplicada para a discussão de taxas de juros e de protecionismo. Na sua opinião, não se pode querer que dívidas sejam pagas, se existe uma formação de juros internacionais que independe de mercado e uma série de imposições que impede a melhoria das relações comerciais dos devedores.

Para Simonsen, dessa forma, toda a discussão dos ministros latino-americanos em Cartagena deve ficar centralizada, obrigatoriamente, no problema provocado pelas taxas de juros aplicada no mercado financeiro internacional e no excessivo déficit fiscal dos Estados Unidos.